



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PAUTA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

9ª REUNIÃO ORDINÁRIA

22 DE ABRIL DE 2015

MENSAGENS

01- PROJETO DE LEI 252/2015 - Mensagem nº 016/2015 – REGIME DE URGÊNCIA

Autor: Poder Executivo

Dispõe sobre a Reestruturação do Plano de Custeio e Financiamento do Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Paraná e dá outras providências.

RELATOR: DEP. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

PROJETO DE AUTORIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

02- PROJETO DE LEI 257/2015

Autor: Tribunal de Justiça

Alteração dos artigos 233 e 234 da Lei Estadual Nº 14.277, de 30 de Dezembro de 2003 - Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná.

RELATOR: DEP. TIAGO AMARAL

****NOTA SOBRE A LEI EM DEBATE:**

Lei n. 14.277/2003. Sumula: Dispõe sobre a Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná e adota outras providências.

Art. 233. No Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, os ofícios distribuidores, contadores e partidores, de 1º a 5º, terão as seguintes atribuições:

a) 1º Ofício de Distribuidor, Contador e Partidor, em matéria das Varas Criminais de 1ª a 13ª; das Varas do Tribunal do Júri de 1ª e 2ª; das Varas da Fazenda Pública de Falências e Concordatas de 1ª a 8ª; das Varas de Família de 1ª a 8ª; das Varas de Delitos de Trânsito de 1ª a 3ª, nas notas que se destinem aos Tabelionatos de Notas de 8º a 12º, Contador e Partidor nos créditos que se destinam aos Tabelionatos de Protestos de Títulos do 1º ao 6º.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça

b) 2º Ofício de Distribuidor, em matéria das Varas Cíveis de 1ª a 46ª; da Vara da Auditoria da Justiça Militar; da Vara de Precatórias Criminais, nas notas que se destinem aos Tabelionatos de Notas de 1º a 7º, nos títulos que se destinem aos Ofícios de Registro de Títulos e Documentos e Cível das Pessoas Jurídicas de 1º a 4º.

c) 3º Ofício de Distribuidor, em matéria da Vara da Infância e da Juventude; da Vara da Infância e da Juventude e Adoção; da Vara de Adolescentes Infratores; da Vara de Execução de Penas e Medidas Alternativas, nos créditos que se destinem aos Tabelionatos de Protesto de Títulos de 1º a 6º.

d) 4º Ofício de Contador e Partidor, das matérias que não se refiram ao 1º Ofício.

e) 5º Ofício de Distribuidor, em matéria das Varas de Execuções Penais da 1ª e 2ª; da Vara da Corregedoria dos Presídios; dos Juizados Especiais Cíveis e dos Juizados Especiais Criminais; da Vara de Registros Públicos e Acidentes do Trabalho e Precatórias Cíveis, e da Vara de Inquéritos Policiais, no registro dos atos lavrados nos Serviços Distritais do Bacacheri, Barreirinha, Boqueirão, Cajuru, Campo Comprido, Portão, Santa Felicidade, Santa Quitéria, Mercês, Novo Mundo, Pinheirinho, São Casemiro Taboão, Tatuquara, Uberaba e Umbará, e nas notas que se destinem aos Tabelionatos de Notas de 13º a 16º.

~~Art. 234. Na Comarca de Londrina, o 1º e 2º Ofícios Distribuidores terão as seguintes atribuições:~~

Art. 234. No Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Londrina, os 1º e 2º Ofícios Distribuidores terão as seguintes atribuições:

[\(Redação dada pela Lei 17210 de 02/07/2012\)](#)

a) 1º Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor e Depositário Público, em matéria das Varas Cíveis de 1ª a 12ª; e da Vara da Infância e da Juventude, nos créditos que se destinem aos Tabelionatos de Protestos de Títulos de 1º a 3º, e nos títulos que se destinem aos Ofícios de Registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas de 1º e 2º.

b) 2º Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor e Depositário Público, em matéria das Varas Criminais de 1ª a 8ª; da Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios; da Vara de Família; da Vara de Família, Registros Públicos e Corregedoria do Foro Extrajudicial; da Vara de Família e Acidentes do Trabalho; dos Juizados Especiais Cíveis e dos Juizados Especiais Criminais, nas notas que se destinem aos Tabelionatos de Notas de 1º a 7º, no registro dos atos lavrados no Serviço Distrital de Tamarana, Warta, Guaravera, Irerê, Lerro Ville, Paiquerê, São Luis e Maravilha.

PROJETOS DE RESOLUÇÃO

03- PROJETO DE RESOLUÇÃO 14/2015

Autor: Comissão Executiva e Tiago Amaral.

Acréscce o inciso XXVI ao Art. 30 e Art. 33 - Z ao anexo da Resolução nº 1 de 1º de março de 2005 - Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, objetivando criar a Comissão de Revisão e Consolidação Legislativa.

RELATOR: DEP. BERNARDO CARLI

****NOTA SOBRE A LEI EM DEBATE:**

Regimento Interno da ALEP. Art. 30 A Assembleia Legislativa contará com as seguintes Comissões Permanentes:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça

04- PROJETO DE RESOLUÇÃO 11/2015

Autor: Marcio Pauliki

Altera a Redação do Inciso XIV do Art. 30 e do Art. 33-M do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná - Resolução nº 1, de 1º de março de 2005.

RELATOR: DEP. TIAGO AMARAL

****NOTA SOBRE A LEI EM DEBATE:**

Art. 30 A Assembleia Legislativa contará com as seguintes Comissões Permanentes:

.....

XIV - Comissão de Indústria e Comércio.

Art. 33-M Compete à Comissão de Indústria e Comércio manifestar-se sobre toda e qualquer proposição relativa à indústria e comércio.

PROJETOS COM RETORNO DE DILIGÊNCIA

05- PROJETO DE LEI 98/2015

Autor: Marcio Nunes

Denomina Trecho de Rodovia conforme especifica.

RELATOR: DEP. GUTO SILVA

06- PROJETO DE LEI 22/2015

Autor: Pastor Edson Praczyk

Os produtos comercializados no estado do Paraná obrigatoriamente deverão indicar em suas embalagens a realização de testes em animais na produção e estudo de seus produtos.

RELATOR: DEP. CLAUDIA PEREIRA

07- PROJETO DE LEI 107/2015

Autor: Ney Leprevost

Estabelece a Criação da Política de Combate à Obesidade e ao Sobrepeso.

RELATOR: DEP. GILSON DE SOUZA



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça

08- PROJETO DE LEI 112/2015

Autor: Requião Filho

Altera a Redação do Art. 31 da lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996, e confere às micro e pequenas empresas, nos casos de aquisição de produtos sujeitos à Substituição Tributária, o direito de pagar o ICMS pela alíquota máxima a elas aplicáveis, tendo como base de cálculo o valor real da operação.

RELATOR: DEP. TIAGO AMARAL

****NOTA SOBRE A LEI EM DEBATE:**

Lei n. 11.580/1996. Sumula: Dispõe sobre o ICMS, com base no art. 155, inc. II, §§ 2º e 3º, da Constituição Federal e na Lei Complementar nº. 87, de 13 de setembro de 1996 e adota outras providências.

Art. 31. É assegurado ao contribuinte substituído o direito à restituição do valor do imposto pago por força da substituição tributária, correspondente ao fato gerador presumido que não se realizar.

Parágrafo único. Formulado o pedido de restituição e não havendo deliberação no prazo de noventa dias, o contribuinte substituído poderá se creditar, em sua escrita fiscal, do valor objeto do pedido, observado o disposto no § 5º do artigo 30.

09- PROJETO DE LEI 67/2015

Autor: Tercílio Turini

Denomina Dr. Humberto Bottura, o viaduto localizado na Rodovia Celso Garcia Cid - PR 445, entre as Ruas Marechal Deodoro da Fonseca e a Rua Paulo Novaes da Silveira, no Município de Londrina.

RELATOR: DEP. PASTOR EDSON PRACZYK

PROJETOS DE LEI EM 2ª DISCUSSÃO

10- PROJETO DE LEI 166/2015

Autor: Missionário Ricardo Arruda

Dispõe sobre a Obrigatoriedade de Exibição de Informe Publicitário para Advertência contra a Pedofilia, ao abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes antes das Sessões nos cinemas do estado.

RELATOR: DEP. ALEXANDRE CURI



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

11- PROJETO DE LEI 55/2015

Autor: Péricles de Mello

Dispõe sobre a Instalação Obrigatória de Dispositivos para Segurança nas Piscinas Privativas e Coletivas, no estado do Paraná.

RELATOR: DEP. GUTO SILVA

12- PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 02/2015

Autor: Douglas Fabricio

Altera a Lei Complementar nº 76, de 21 de novembro de 1995 e adota outras providências.

****ANEXO Projeto Lei Complementar n. 04/2015 - Autor: Tercílio Turini**

RELATOR: DEP. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

****NOTA SOBRE A LEI EM DEBATE:**

LEI COMPLEMENTAR N. 76/1995. Sumula: *Dispõe sobre concessões e permissões de serviços públicos e adota outras providências.*

CAPÍTULO

Das Disposições Preliminares

Art. 1º. *As concessões de serviços públicos e de obras públicas e as permissões de serviços públicos reger-se-ão por esta Lei.*

Parágrafo único. *Sujeitam-se ao regime de concessão ou permissão, ou, quando for o caso, de autorização, os seguintes serviços e obras públicas:*

I - distribuição local de gás canalizado;

II - vias estaduais, precedidas ou não da execução de obras públicas;

III - transporte rodoviário intermunicipal de passageiros;

IV - transporte ferroviário intermunicipal ou que transponha as fronteiras do Estado;

V - transporte aquaviário intermunicipal de passageiros;

VI - transporte aquaviário que procede a ligação de rodovia estadual;

VII - exploração de obras ou serviços estaduais de barragens, contenções, eclusas, diques e irrigações, precedidas ou não da execução de obras públicas.

.....

Art. 15. *Toda concessão de serviço público, precedida ou não de execução de obra pública, será objeto de prévia licitação, nos termos da legislação própria e com observância dos princípios da legalidade, moralidade, publicidade, igualdade, do julgamento por critérios objetivos e da vinculação ao instrumento convocatório.*

Parágrafo único. *As licitações para concessão de serviços públicos ou de obras públicas mediante leilão, deverão ser precedidas de autorização do Poder Legislativo, exceto àquelas promovidas pela Estrada de Ferro Paraná Oeste Ltda. [\(Incluído pela Lei Complementar 79 de 02/12/1996\)](#)*

....

CAPÍTULO VI

Do Contrato de Concessão

Art. 24. *São cláusulas essenciais do contrato de concessão as relativas:*

...

§ 1º. *Os contratos relativos à concessão de serviço público precedido da execução de obra pública, deverão, adicionalmente:*

I - estipular os cronogramas físico-financeiros de execução das obras vinculadas à concessão e;

II - exigir garantia do fiel cumprimento, pela concessionária, das obrigações relativas às obras vinculadas à concessão.

§ 2º. *O prazo do contrato de concessão não poderá ser superior a 25 (vinte e cinco) anos, podendo ser prorrogado por igual período desde que previamente estabelecidas no edital de licitação às exigências a serem cumpridas pela concessionária para a prorrogação do contrato.*



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça

§ 3º. O prazo da concessão deve atender, em cada caso ao interesse público e às necessidades ditadas pelo valor do investimento de modo a assegurar a modicidade das tarifas.

13- PROJETO DE LEI 165/2015

Autor: Cantora Mara Lima

Institui o mês de Março como “Mês da Mulher” no Estado do Paraná e lança a Campanha Estadual de Conscientização contra a violência à mulher.

RELATOR: DEP. CLAUDIA PEREIRA

14- PROJETO DE LEI 114/2015

Autor: Paranhos

Proíbe a Renovação Automática dos Contratos de Concessão de Serviços de Pedágio nas Rodovias sob a Responsabilidade do estado do Paraná, estabelecendo o Critério Plebiscitário para novos processos licitatórios.

RELATOR: DEP. FELIPE FRANSCHINI

15- PROJETO DE LEI 157/2015

Autor: Gilson de Souza

Obriga a afixação de cartazes em estabelecimentos comerciais, bancos, órgãos públicos, terminais rodoviários e aeroviários ou qualquer outro estabelecimento aberto ao público contendo informações sobre crianças e adolescentes desaparecidos.

RELATOR: DEP. FELIPE FRANCISCHINI

16- PROJETO DE LEI 115/2015

Autor: Paranhos

Veda o repasse de recursos do estado para cumprimento de convênios com objeto de transporte escolar urbano ou rural, ao município que não promover a devida fiscalização das condições de uso e segurança dos veículos, na forma que especifica.

RELATOR: DEP. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça

PROJETOS DE LEI EM 1ª DISCUSSÃO

17- PROJETO DE LEI 44/2015

Autor: Ney Leprevost

Institui o dia da Araucária, a ser comemorado anualmente em 7 de junho.

RELATOR: DEP. TIAGO AMARAL

18- PROJETO DE LEI 53/2015

Autor: Péricles de Mello

Dispõe sobre a obrigatoriedade aos estabelecimentos do estado do Paraná, que comercializam bicicletas ou ciclos, e dá outras providências.

RELATOR: DEP. BERNARDO CARLI

19- PROJETO DE LEI 123/2015

Autor: Cantora Mara Lima

Institui o horário racional para o fechamento de prédios públicos e o apagar de luzes dos respectivos prédios com vistas à economia de luz e água no Estado do Paraná.

RELATOR: DEP. GUTO SILVA

20- PROJETO DE LEI 185/2015

Autor: Missionário Ricardo Arruda

Dispõe sobre a isenção do pagamento de pedágio para pessoas com doenças graves e degenerativas em tratamento de saúde fora do município de seu domicílio.

RELATOR: DEP. BERNARDO CARLI

21- PROJETO DE LEI 78/2015

Autor: Ney Leprevost

Institui o Dia Estadual de Combate a Hipertensão Arterial, a ser realizado anualmente no dia 26 de abril.

RELATOR: DEP. ALEXANDRE CURI



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça

22- PROJETO DE LEI 50/2015

Autor: Ney Leprevost

Dispõe sobre a Política de Incentivo à Saúde no Estado.

RELATOR: DEP. TIAGO AMARAL

23- PROJETO DE LEI 219/2015

Autor: Evandro Araújo

Insera no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná o Teatro ao ar livre "Paixão de Cristo", realizado anualmente durante a semana santa, no município de Maringá.

RELATOR: DEP. GUTO SILVA

24- PROJETO DE LEI 188/2015

Autor: Rasca Rodrigues

Disciplina o plantio de eucalipto no estado do Paraná e dá outras providências.

RELATOR: DEP. PEDRO LUPION

25- PROJETO DE LEI 266/2015

Autor: Maria Victoria

Concessão de Título de Cidadão Benemérito do estado do Paraná ao Artista Plástico PAOLO ROBERTO RIDOLFI.

RELATOR: DEP. FELIPE FRANCISCHINI

26- PROJETO DE LEI 256/2015

Autor: Cobra Reporter

Institui no estado do Paraná, no âmbito da Secretaria de Estado da Segurança Pública, o Programa Alerta Rural, que consiste no uso de ferramentas de comunicação através da telefonia móvel, ou fixa, usando estrutura de dados e voz para atender a população nas chamadas de emergência.

RELATOR: DEP. PERICLES DE MELLO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça

27- PROJETO DE LEI 153/2015

Autor: Tadeu Veneri

Inclui o dia 19 de Agosto como Dia Estadual de Luta da População em Situação de Rua no Calendário Oficial do Estado do Paraná.

RELATOR: DEP. BERNARDO CARLI

28- PROJETO DE LEI 152/2015

Autor: Alexandre Guimarães

Inserção no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná a Feira da Louça de Campo Largo, realizada em setembro.

RELATOR: DEP. PEDRO LUPION

29- PROJETO DE LEI 121/2015

Autor: Gilberto Ribeiro

Denomina o Município de Piraquara como a Capital das Águas do Estado do Paraná.

RELATOR: DEP. ALEXANDRE CURI

30- PROJETO DE LEI 63/2015

Autor: Professor Lemos

Inseri no Calendário Oficial do estado do Paraná o JICAFAR - Jogos da Integração das Casas Familiares Rurais do Paraná, realizado anualmente no segundo semestre do ano, organizado pelo Setor III da ARCAFAR-SUL.

RELATOR: DEP. PERICLES DE MELLO

PROJETOS DE UTILIDADE PÚBLICA

31- PROJETO DE LEI 220/2015

Autor: Cobra Repórter

Concessão de Título de Utilidade Pública à Associação Refúgio, com sede e foro no Município de Cambé – PR.

RELATOR: DEP. FERNANDO SCANAVACA